



# Boletim do diap

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

## DIAP lança mais uma série em suas publicações

**D**epois do sucesso das séries “Quem foi quem”, “Radiografia do novo Congresso”, “‘Cabeças’ do Congresso”, “Estudos técnicos” e “Estudos políticos”, o DIAP lança agora a série “Educação Política”, que consistirá na edição de cartilhas, manuais e livros para a formação da cidadania.

A ideia da série parte do pressuposto de que as escolas, os partidos, os meios de comunicação e até os movimentos sociais, especialmente no período de ofensiva neoliberal, deixaram em segundo plano a educação política.

Com isto, o conhecimento sobre valores da cidadania e sobre o que são, o que fazem e como funcionam as instituições públicas perdeu importância na formação do povo brasileiro, com prejuízos irreparáveis para o pleno exercício da cidadania.

Essa lacuna na formação política, além de criar condições para o denunciamento e a judicialização da política, deu ensejo a um ambiente de forte questionamento das insti-

tuições do Estado, liderado por forças conservadoras do país, inclusive por alguns importantes veículos de comunicação, com o propósito de retirar do povo o poder de decisão sobre os destinos da Nação.

Como não existe solução para os problemas coletivos fora da política, assim como não há cidadania sem educação política, a solução para enfrentar esse déficit de cidadania e essa campanha de deslegitimação da política passa pela educação política, em todos os espaços possíveis.

O primeiro produto que irá inaugurar a nova série, a ser lançado ainda neste mês de novembro, será uma cartilha ilustrada, que abordará a importância e a dimensão da política na vida das pessoas.

A cartilha traz conceitos, detalha princípios, estimula a cidadania, explica o papel do Estado, do governo e de suas instituições. Enfim, alerta para os direitos e deveres, além de fazer um chamamento à participação política,

especialmente no primeiro setor (o governo, que tem a primazia de administrar o uso de bens públicos para fins públicos) e o terceiro setor (organizações não-governamentais, privadas sem fins lucrativos, que desempenham ações de caráter público). O segundo setor é formado pelo mercado, que representa as empresas com fins lucrativos.

Sob a forma de perguntas e respostas, a cartilha, de autoria do jornalista, analista político e diretor de Documentação do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, amplia e aprofunda a “Cartilha Cidadão Consciente”, também concebida e escrita por Toninho do DIAP.

O DIAP espera, com mais esta série, contribuir para uma participação qualificada e efetiva dos cidadãos no processo político, sempre com o objetivo de avançar nas conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais do povo brasileiro em geral e da classe trabalhadora em particular.

Celso Napolitano, presidente do Diap

### Banco de horas

**PL 4.597/2012 propõe fim da apropriação de horas extras trabalhadas por meio da compensação**

Página 8

### Comerciários e domésticas

**Câmara aprova regulamentação de comerciários e PEC das domésticas**

Página 9

### Legislação trabalhista

**Mudanças na CLT só se for para ampliar direitos e conquistas, diz Anamatra**

Página 12

## EDUCAÇÃO

# PNE com metas para 10 anos está numerado no Senado

A votação do Plano Nacional da Educação, referente ao decênio 2011-2020, foi concluída no dia 16 de outubro na Câmara, onde a matéria (PL 8.035/2010) foi relatada pelo deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR).

No Senado, a proposta vai tramitar como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 103/2012 e vai ser examinada pelas comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente. Em 31 de outubro, o senador José Pimentel (PT-CE) foi designado relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

Pelo texto aprovado na Câmara, o governo se compromete a investir pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional nos primeiros cinco anos de vigência do plano, e 10% ao final de dez anos. Atualmente, União, estados e municípios aplicam juntos cerca de 5% do PIB no setor.

Além de estabelecer a aplicação de recursos públicos em educação

como proporção do PIB, o plano tem como diretrizes a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade do ensino; a formação para o trabalho; a promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; a promoção humanística, científica e tecnológica do país; a valorização dos profissionais da educação; e a difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

## INVESTIMENTOS

A ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência da lei, podendo ser revista para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do plano.

A União deverá promover a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do plano e subsidiar a elaboração

do PNE para o decênio 2021-2030.

A consecução das metas do plano e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE 2011/2020. A adequação deverá ser feita no prazo de um ano, contado da publicação da lei.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo Censo Escolar da Educação Básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar.

O Ideb é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação.

## EXPEDIENTE

### Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras  
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF  
www.diap.org.br  
diap@diap.org.br  
Fones: (61) 3225-9704/9744  
Fax: (61) 3225-9150

#### Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

#### Edição

Viviane Ponte Sena

#### Redação

Alysson Alves, André dos Santos,  
Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina Pereira de  
Sant'Ana, Marcos Verlaime, Neuriberg Dias, Ricardo  
Dias de Carvalho, Robson Lopes  
e Viviane Ponte Sena

#### Diagramação

Fernanda Medeiros  
Fone: (61) 3224-5021

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

#### CONSELHO DIRETOR DO DIAP

##### Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

##### Vice-Presidentes

José Augusto da Silva Filho (CCT/FST)  
Wellington Teixeira Gomes (FITEE)  
Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos  
Moedeiros)  
João Batista da Silveira (SAAE-MG)  
Lúcio Flávio Costa (CNPL)

##### Superintendente

Epiniondas Lino de Jesus (SINDAF-DF)

##### Suplente

Ricardo Nerbas (SINTEC-SP)

##### Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

##### Suplente

Antônio de Lisboa Amâncio Vale (SINPRO-DF)

##### Tesoureiro:

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

##### Suplente:

Jacy Afonso de Melo (SEEB-DF)

##### Conselho Fiscal

##### Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos-SP)  
Douglas de Almeida Cunha (SINDECOF-DF)  
Vicente Venuk Pretko (SINTRACARP-PR)

##### Suplentes

Maria Aparecida Sousa (SEEB-DF)  
Cledo de Oliveira Vieira (SINDJUS-DF)  
Clóvis Matoso Vilela Lima (FEBRAD)

**GOVERNO DILMA**

# Política macroeconômica será mantida, garante ministra do Planejamento

*Alysson Alves\**

**A**o participar de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, a ministra do Planejamento Mirian Belchior disse que será mantida a política macroeconômica do governo da presidenta Dilma.

Para tanto, haverá continuidade da redução da dívida pública, garantia de investimentos, diminuição dos juros e aumento do crédito e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em parâmetros razoáveis. “Nossa previsão de crescimento para 2013 é de 5,5%. O FMI diz que vamos crescer 4%”, disse.

Convidada para discutir no Parlamento a participação da sociedade na definição do orçamento do governo federal, a ministra falou pouco sobre o tema já que foi questionada sobre outros assuntos como o reajuste dos servidores públicos, a política de desoneração do governo e os graves e sérios problemas de estados e municípios que têm dívidas vencidas para com a União e o atraso no pagamento do funcionalismo público.

“Nossa preocupação é com o fechamento das contas de 2012. O governo tem dado incentivo para a indústria automobilística e de eletrodomésticos visando manter empregos e superar a crise financeira mundial. O mesmo tratamento não tem sido oferecido aos estados e municípios que estão de pires na mão pedindo ajuda do governo”, disse o senador Benedito de Lira (PP-AL).

Segundo o parlamentar, para sanar as demandas dos entes federa-

dos é necessário e urgente que haja aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

De pronto, a ministra disse que já foi secretária municipal em um momento que sequer o governo federal ajudava os estados e os municípios. “Há agora uma situação específica como a que ocorreu em 2008 e 2009. Uma avaliação pormenorizada será feita e apresentada para a presidenta Dilma tomar uma decisão”, garantiu.

**Haverá continuidade da redução da dívida pública, garantia de investimentos, diminuição dos juros e aumento do crédito e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em parâmetros razoáveis**

## **PARTICIPAÇÃO POPULAR**

O deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), profundo conhecedor do orçamento público, foi um dos poucos parlamentares a questionar a ministra sobre a diminuição do papel da sociedade na definição do orçamento federal. “O Executivo mudou as regras para apresentação de emendas, que vão dificultar a participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na execução do orçamento”.

E prosseguiu: “ainda hoje há municípios que revelam dificuldade de acessar o sistema orçamentário da

União e dos Estados. O Nordeste não vai ter garantia de que políticas sociais voltadas para os Quilombolas e as políticas inclusivas na área educacional para negros, índios e pardos serão contempladas no orçamento. A consolidação de emendas vai dificultar a transparência e o acompanhamento de programas específicos de determinadas comunidades”, disse.

Além do mais, Rubem Santiago disse que “o PIB brasileiro está concentrado nas desonerações, uma verdadeira reforma tributária promovida ano a ano pelo governo federal e que interessa a quem está no andar de cima, não aos trabalhadores assalariados”, assegurou.

Ao finalizar sua participação, destacou: “A redução da taxa básica de juros não vai liberar recursos para investimentos. Os juros e amortizações vão consumir 42% do orçamento enquanto a saúde, o PAC e a educação, juntos, terão apenas 11% do orçamento da União.

A prioridade do país tem sido pagar quem não trabalha e utiliza o computador para negociar títulos públicos”, disse Rubem Santiago.

Segundo a ministra, o agrupamento de rubricas no orçamento tem como propósito tornar a peça orçamentária cada vez mais voltada para os resultados que o governo deseja alcançar. “A criação de mecanismos gerenciais vão facilitar a apresentação de emendas ao plano orçamentário e permitirá ao cidadão acompanhar mais de perto o orçamento. Garanto que não haverá redução de transparência, mas sua elevação”.

E continuou: “o PPA – Plano Plurianual de 2011 foi intensamente focado nos encontros regionais e tem havido, a cada ano, uma progressiva participação das organizações da sociedade civil na definição do orçamento. Temos hoje 27 dotações orçamentárias para as rodovias, uma para cada ente federado. Antes, era apenas uma”.

### REALIDADE FISCAL

O relator geral do orçamento de 2012, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que seu relatório levará em conta a realidade fiscal, o declínio da dívida pública e a previsão de investimentos comprometida com o futuro do país.

Jucá enfatizou também o drama provocado pela queda do FPM e do FPE. “Há, inclusive, estados que sequer têm habilitação para participar de programas do governo federal. Vamos estudar fórmulas para o parcelamento das dívidas já vencidas com o INSS e o pagamento daquelas que vierem a vencer”, garantiu.

### “PLANEJAMENTO, MINISTÉRIO TODO PODEROSO”

Ao ser questionada sobre a centralização de ações da Copa do Mundo de Futebol no Planejamento, a minis-

tra disse que esse fato deve-se à necessidade de definição do montante de recursos que serão investidos e que tão logo tudo esteja estabelecido, cada Ministério receberá o dinheiro necessário para a implementação de suas ações específicas.

Citou como exemplo a área da segurança pública que receberá recursos do orçamento e ficará sob a responsabilidade do Ministério da Justiça. O ministério de Minas e Energia também será contemplado com recursos para a melhoria da geração e das linhas de transmissão de energia elétrica de modo a não ocorrer novos apagões.

### REAJUSTE PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Perguntada sobre reajustes salariais e planos de carreira para os servidores do Ministério Público da União, do Poder Judiciário e do Executivo, a ministra foi taxativa em afirmar que o governo não tem condições de dar aumento salarial diferenciado. “Os 15,8% proposto pelo governo vai garantir o poder de compra e repor a inflação estimada para os próximos três anos”, garantiu.

Mirian Belchior pediu, no entanto, atenção especial dos deputados

e dos senadores para os projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam da área da educação e das defensorias públicas, “que em razão do grande apelo social são prioritários para o governo”, garantiu.

### LDO PARA 2013

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, PLN 3/2012, enviada ao Congresso Nacional dia 13 de abril estabelece, entre outros dispositivos, que o salário mínimo a partir de 1º de janeiro do próximo ano será de R\$ 667,75.

O aumento no piso nacional é de 7,35% em relação aos atuais R\$ 622 e corresponde à soma do crescimento do PIB em 2010 (2,85%) mais a previsão de inflação para este ano, medida pelo INPC (4,5%).

A LDO também traz como destaque os investimentos para a Copa do Mundo de 2014, para as Olimpíadas de 2016, a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida.

(\*) *Jornalista e assessor parlamentar do Diap*

## DIAP tem nova página na internet

Inovação, organização de conteúdo e visual atraente para uma boa leitura foram as palavras de ordem do novo portal do DIAP. O órgão cumpre sua missão institucional de manter informado o cidadão, em geral, e o movimento sindical, em particular, sobre os principais acontecimentos e desdobramentos da atividade política brasileira, principalmente no que diz respeito ao dia-a-dia no Congresso Nacional.

### SERVIÇOS E PRODUTOS

Aos poucos serão retomados os serviços enviados por e-mail às entidades filiadas, com destaque para a Agência DIAP de notícias.

Atualmente está sendo enviado o *Resumo da Semana* com as principais decisões tomadas nos três poderes da República e o Informe Legislativo do Trabalhador que organiza as principais proposições de interesse dos assalariados apresentadas no Congresso Nacional.

### PUBLICAÇÕES

O novo site também conta com espaço exclusivo para as publicações editadas pelo DIAP, organizado em séries: estudos políticos, estudos técnicos e educação política.

O internauta além de fazer uma leitura dos livros e cartilhas pode baixar todos os arquivos.

Visite o novo portal. Entre em contato conosco para expressar suas críticas e sugestões. O endereço é [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br).

## AGENDA LEGISLATIVA

# Redução da jornada e trabalho intermitente, o que pode avançar no Congresso?

*André Santos\**

Com a chegada do final da sessão legislativa em 22 de dezembro, algumas pendências em relação à pauta dos trabalhadores devem ficar para 2013. O destaque é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC-231/1998), que reduz para 40 horas a jornada de trabalho.

Como o próximo ano promete muito trabalho nas casas legislativas, o movimento sindical deve ficar atento, pois a redução da jornada, a principal bandeira da classe trabalhadora, pode vir acompanhada de proposta nada agradável para os assalariados brasileiros.

O Boletim do DIAP de outubro apresentou algumas propostas que o governo estuda. Entre elas merece atenção a possibilidade de envio ao Congresso Nacional do projeto que tratará do trabalho eventual e por hora trabalhada. Essa seria a forma de regulamentar uma jornada flexível para aqueles empresários, em especial do setor de serviços, que não concordam ou não teriam condições de contratar um trabalhador com jornada de 40 horas semanais.

Para o governo, o trabalho eventual e por hora trabalhada seria uma alternativa para tirar o trabalhador informal das ruas e formalizá-lo, porém, com pagamento de direitos pecuniários proporcionais e de forma precária. Nessa modalidade em estudo no Executivo, o trabalhador fica à disposição do empregador poucas horas no dia ou alguns dias na semana.

No início do ano, em reunião com as centrais sindicais, a Presidente Dilma declarou que não iria mexer nos direitos dos trabalhadores. Contudo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio havia divulgado esse estudo bastante adiantado naquela época.

**Devemos retomar o esforço para aprovação da Convenção 158 da OIT, pelo fim da demissão imotivada, e regulamentação da terceirização com isonomia de direitos para os trabalhadores**

Com a declaração da presidente, a Pasta pisou no freio. O recuo foi estratégico. Agora, em um novo momento, com crise econômica internacional e com a justificativa de tornar a indústria nacional mais competitiva e alavancar o setor de serviço com a proximidade dos eventos esportivos – Copa 2014, Olimpíadas 2016 e a Copa das Confederações – o Ministério retoma o debate sobre o tema que pode chegar em 2013 no Congresso Nacional.

## TRABALHO INTERMITENTE

Com o veto inicial da Presidente Dilma em um primeiro momento, o deputado Laércio Oliveira (PR-SE) apresentou proposta que traz alguma semelhança com o tema. Trata-se do PL 3.785/2012, que institui o contrato de trabalho intermitente.

De acordo com a proposição, o contrato de trabalho intermitente será aquele em que a prestação de serviço se realizará de forma descontínua, podendo compreender períodos determinados em dia ou hora, e alternar trabalho e folgas, independentemente do tipo de atividade do empregado ou do empregador.

Em seu artigo 2º, o projeto destaca que o trabalhador intermitente não poderá receber, pelo período trabalhado, tratamento econômico e normativo menos favorável do que aquele dispensado aos demais empregados no exercício da mesma função. Porém, no parágrafo 1º do mesmo artigo, a proposta deixa claro que o pagamento será com base na proporcionalidade do tempo efetivamente trabalhado, excluindo os intervalos em que não houver utilização de mão-de-obra.

As discussões em torno da flexibilização dos direitos trabalhistas estão a todo vapor. O momento é de unir forças para evitar retrocessos e ampliar direitos que ainda estão pendentes no nosso ordenamento jurídico.

Devemos retomar o esforço para aprovação da Convenção 158 da OIT, pelo fim da demissão imotivada, e regulamentação da terceirização com isonomia de direitos para os trabalhadores. Além disso, manter a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas. O Congresso será a principal arena de debates para esses temas.

*(\*) Jornalista e assessor parlamentar do Diap*

## ELEIÇÕES 2012

# 25 deputados se elegem prefeitos

*O índice de aproveitamento, ou seja, o percentual de eleitos em relação ao número de candidatos, foi alto, da ordem de 27,17%*

**A** Câmara dos Deputados sofrerá uma renovação de 4,87% em janeiro de 2012, com a posse de 25 suplentes em substituição aos deputados federais eleitos prefeitos na eleição municipal de 2012.

Foram eleitos 15 prefeitos no primeiro turno e dez no segundo. Em relação ao pleito de 2008, houve um aumento 38,88%.

Na eleição deste ano, pelo menos 92 parlamentares, ou 15,48% dos congressistas, disputaram cargos de

prefeito ou vice-prefeito. Foram 87 deputados federais, sendo 81 candidatos a prefeito e seis a vice-prefeito, e cinco senadores, todos candidatos a prefeito.

O índice de aproveitamento, ou seja, o percentual de eleitos em relação ao número de candidatos, foi alto, da ordem de 27,17%, mesmo não tendo sido eleito nenhum dos senadores que concorreram.

Apesar da renovação, não haverá mudança significativa na correla-

ção de forças já que os suplentes que serão efetivados pertencem aos partidos ou às coligações dos deputados eleitos prefeitos. Logo, a relação entre governo e oposição, deste ponto de vista, ficará praticamente inalterada.

Veja, a seguir, relação dos deputados, por ordem alfabética dos estados, que foram eleitos prefeitos e renunciarão ao mandato de deputado federal em dezembro de 2012 para assumir a gestão das prefeituras relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2013.

## Relação de deputados federais eleitos

Candidato	Partido	UF	Município
<b>Eleitos em 1º turno</b>			
Joaquim Beltrão	PMDB	AL	Coruripe
Rui Palmeira	PSDB	AL	Maceió
Célia Rocha	PTB	AL	Arapiraca
Raimundão	PMDB	CE	Juazeiro do Norte
Audifax	PSB	ES	Serra
Ribamar Alves	PSB	MA	Santa Inês
Márcio Moreira	PP	MG	Sete Lagoas
Carlaile Pedrosa	PSDB	MG	Betim
Gilmar Machado	PT	MG	Uberlândia
Luiz Carlos Setim	DEM	PR	São José dos Pinhais
Dr. Aluizio	PV	RJ	Macaé
Teresa Surita	PMDB	RR	Boa Vista
Heleno Silva	PRB	SE	Canindé de São Francisco
Carlinhos Almeida	PT	SP	São José dos Campos
Laurez Moreira	PSB	TO	Gurupi

Candidato	Partido	UF	Município
<b>Eleitos em 2º turno</b>			
Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	BA	Salvador
Edivaldo Holanda Junior	PTC	MA	São Luís
Paulo Piau	PMDB	MG	Uberaba
Zenaldo Coutinho	PSDB	PA	Belém
Romero Rodrigues	PSDB	PB	Campina Grande
Nelson Bornier	PMDB	RJ	Nova Iguaçu
Neilton Mulim	PR	RJ	São Gonçalo
Alexandre Cardoso	PSB	RJ	Duque de Caxias
Mauro Nazif	PSB	RO	Porto Velho
Jonas Donizette	PSB	SP	Campinas

### Estatística dos deputados federais eleitos no 1º e no 2º turno do pleito municipal

Partido	Bancada federal eleita 2010	Bancada federal atual	Deputados federais candidatos	Deputados federais eleitos no 1º turno	Deputados federais eleitos no 2º turno	Total de deputados federais eleitos
PT	88	87	12	2	0	2
PMDB	78	78	12	3	2	5
PSDB	53	49	10	2	2	4
DEM	43	28	8	1	1	2
PR	42	36	5	0	1	1
PP	41	39	2	1	0	1
PSB	34	31	11	3	3	6
PTB	21	21	5	1	0	1
PDT	28	26	3	0	0	0
PSC	17	16	2	0	0	0
PV	15	10	2	1	0	1
PPS	12	8	3	0	0	0
PCdoB	15	12	4	0	0	0
PRB	8	10	3	1	0	1
PTC	1	1	1	0	1	1
PSol	3	3	0	0	0	0
PMN	4	1	0	0	0	0
PHS	2	1	0	0	0	0
PTdoB	3	3	1	0	0	0
PRP	2	2	1	0	0	0
PRTB	2	1	0	0	0	0
PSL	1	1	0	0	0	0
PSD	0	47	2	0	0	0
PEN	0	2	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>513</b>	<b>87</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>25</b>

Fonte: Diap

# Projeto restringe direito de greve

**E**stá em discussão na Comissão de Trabalho da Câmara o PL 2.530/2011, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que “considera os serviços prestados pelas instituições financeiras como essenciais para os idosos”, segundo nova redação oferecida pelo relator do projeto, deputado Sílvio Costa (PTB-PE).

A proposição da deputada tucana altera a Lei 7.783/1989, que limita o direito constitucional de greve, tornando-a ainda mais nociva.

Entre as exigências já existentes, como prazos para comunicar a deflagração da greve, a obrigatoriedade de funcionamento, mesmo que

parcial, do trabalho, entre outras medidas antigreve.

O projeto traz consigo o que poderá ser um grande problema para a categoria bancária no País, pois considerando seu aparente propósito – priorizar o atendimento dos idosos por “ocasião de decretação de uma greve nos serviços bancários” – deverá restringir ainda mais o direito de greve desses trabalhadores.

Se aprovado, colocará em risco o direito de greve dos bancários em nível nacional. Já que, para atender mais este requisito para paralisar a atividade, privilegiará um segmento em detrimento de vários outros, que talvez tenham as mesmas

necessidades. E abre brechas para mais alterações a fim de restringir o direito de greve de outras categorias profissionais e econômicas.

“O projeto, em especial o substitutivo de Sílvio Costa, visa, no fundo, restringir o direito da categoria. Isto é uma intromissão inadmissível”, afirma o presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Emanuel Souza.

## TRAMITAÇÃO

Depois de ser examinada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, a proposição ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

# Deputado comunista propõe fim do banco de horas

O deputado Assis Melo (PCdoB-RS) apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei (PL 4.597/2012), no final do mês de outubro, com propósito de extinguir o banco de horas, que é um sistema de compensação de horas extras.

A proposição do deputado gaúcho revoga o parágrafo 2º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do banco de horas.

Na prática, por este “sistema de compensação” os empregadores se apropriam das horas extras trabalhadas, com o argumento de que essa jornada a mais será compensada. Assim, além de não pagar pela hora suplementar, ainda decide quando será feita essa compensação. O trabalhador perde nas duas pontas – não recebe pela jornada a mais e só folga por conveniência patronal.

A norma (banco de horas), então, é uma apropriação indébita legalizada. Ou como diz o presidente do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal

(Saep-DF), o advogado Mário Lacerda, “trata-se de assédio material”, já que aquilo devido pelo empregador não é pago ao trabalhador.

## RAZÕES DO PROJETO

No entendimento do DIAP, a iniciativa do deputado Assis Melo encontra eco nos interesses dos trabalhadores na medida em que quer corrigir esta injustiça que é o banco de horas como supressão de renda dos assalariados.

Na justificativa do projeto, o parlamentar argumenta que o sistema de compensação de horas hoje já não se justifica, pois a economia cresceu e se dinamizou, e os índices de desemprego diminuíram substantivamente.

Ademais, a “primeira alteração proposta (pela iniciativa de lei) visa tão somente uma atualização da norma citada, pois o Inciso XVI, do artigo 7º de nossa Constituição Federal, estabelece que ‘remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal’. Para tanto, propomos a alteração dos atuais 20%, para o percentual

previsto em nossa Lei Maior”, abre o debate Assis Melo.

## BANCO DE HORAS

A medida foi instituída no rol da legislação trabalhista em razão das dificuldades que a economia do País atravessava. Assim, por meio da Lei 9.601/1998, alterou-se o artigo 59 da CLT para dar nova redação ao parágrafo 2º da legislação trabalhista:

“Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de cento e vinte dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.”

Desde então, as empresas adotaram o banco de horas e deixaram de pagar montante razoável de horas extras trabalhadas, que hoje poderia estar aquecendo a economia interna, com aumento do consumo das famílias e da renda.



# CCJ aprova regulamentação dos comerciários; texto retornará ao Senado

No dia 14 de novembro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara aprovou o PL 3.592/2012 (PLS 115/2007), do senador Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta a profissão dos trabalhadores comerciários. O texto referendado é um substitutivo do relator, deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA).

Assim, em razão das alterações de mérito, o projeto retornará ao Senado, Casa de origem da matéria.

No Senado, serão examinadas apenas as alterações processadas pela Câmara. Dessa forma, a Casa poderá ratificar as mudanças no texto ou manter a redação aprovada pelo Senado. Para aprovar celeremente o

projeto no Senado, as entidades do setor precisam manter a mobilização e pressão sobre os parlamentares.

Ao final desse processo, o projeto será encaminhado para sanção presidencial.

## REGULAMENTAÇÃO

O projeto garante a jornada normal de trabalho dos comerciários em 8 horas diárias e 44 semanais, podendo ser alterada em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Também admite jornadas menores, de seis horas, para o trabalho realizado em turnos de revezamento, desde que não ocorram perdas na remuneração e que o mesmo empregado não seja utilizado em

mais de um turno de trabalho.

O projeto ainda obriga todas as empresas a contribuir para entidades sindicais, independentemente de filiação, porte ou número de empregados, assim como todos os comerciários, associados ou não, a pagar a taxa sindical.

No caso do trabalhador, a contribuição sindical será fixada em assembleia geral da entidade representativa da categoria profissional, não podendo ultrapassar 1% do salário.

A participação das empresas também será definida em assembleia geral da categoria, de acordo com o número de empregados de cada empresa.

## Empregados e empregadas domésticas terão direitos ampliados

A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, a PEC 478/2010, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que altera a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal para incluir outros direitos entre os assegurados aos trabalhadores domésticos.

Não há ainda data definida para votação da proposta em segundo turno.

A proposta, cuja relatora é a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) entende que “a modificação implementada no seu substitutivo vai gerar, com certeza, uma maior formalização do trabalho doméstico, pois permitirá que a regulamentação dos direitos, tanto em legislação infraconstitucional quanto em normas

regulamentadoras, seja efetivada atendendo-se às peculiaridades dessa relação de trabalho.”

A proposta ainda precisa passar por segundo turno de votação no plenário da Câmara antes de ir para o Senado. “Antes de aprovarmos a PEC na comissão, já vínhamos conversando com Marco Maia e ele havia dado bastante atenção ao projeto. Ele reforçou o compromisso de tentar fazer a PEC ser votada na Câmara o quanto antes”, disse a relatora.

## NOVOS DIREITOS

Se aprovada, a PEC garante 16 novos direitos para empregadas domésticas, babás, cozinheiras, jardineiros e demais trabalhadores empregados em residências. Entre eles, estão jornada de traba-

lho não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, pagamento de hora extra, seguro-desemprego, salário-família e seguro contra acidente de trabalho.

Além disso, a proposta garante aos empregados domésticos o pagamento de 13º salário, aviso prévio e o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Direitos como o pagamento de hora-extra, adicional noturno e jornada de trabalho de 44 horas semanais começarão a valer imediatamente após a aprovação do texto pela Câmara e o Senado e a promulgação da referida emenda constitucional pelo Congresso Nacional. A questão do FGTS, segundo a relatora, ainda precisa ser regulamentada pelo governo antes de entrar em vigor.

# Fator previdenciário: se correr o bicho pega, mas e se ficar, será que o bicho come?

*Jesus Divino Barbosa de Souza\**

**E**ste artigo não pretende discutir sobre os males do fator previdenciário. Nem pregará o seu fim pura e simplesmente, sem que nada seja posto em seu lugar. Tentará, porém, esclarecer como é possível evitar que ele venha a trazer ainda mais prejuízos aos trabalhadores. Também não trataremos aqui da possibilidade da ‘desaposentação’, que, nesse momento, poderá ser mais um complicador para que parte dos trabalhadores tome a sua decisão.

Partimos do pressuposto de que o fator previdenciário é sim um mecanismo de retardamento da idade média das aposentadorias, que além dos prejuízos financeiros e de não surtir o efeito esperado, ainda criou uma série de outros problemas subjetivos, de difícil mensuração. Entendemos também que uma idade mínima seria ainda pior que o atual mecanismo imposto pelo fator previdenciário, pois ele ao menos não prejudica aqueles que contribuem pelo salário mínimo – a maioria dos brasileiros. Temos plena consciência de que o que trataremos aqui é, neste momento, muito relevante para muitos trabalhadores.

O que nos motivou foi o fato de que todo ano, com a proximidade do dia 1º de dezembro, data de divulgação da nova expectativa de sobrevida pelo IBGE e a sua consequente alteração negativa no cálculo do fator previdenciário, a grande imprensa repete a manchete: “Corra para se aposentar e não ficar no prejuízo”. Isso deixa os segurados aflitos. Eles não sabem se acreditam nas previsões (sempre pessimistas) da imprensa e se aposentar apressadamente, efetivando o prejuízo. Outro dilema é se esperam a divulgação da expectativa de sobrevida e pagam para ver o tamanho da tungada. Ou mesmo se aguardam pela promessa do fim do fator previdenciário ou pela aprovação da fórmula 85/95.

Anualmente, os segurados do INSS passam pela mesma sessão de tortura. Especialmente para aqueles que já podem se aposentar por tempo de contribuição e não o fizeram por conta do fator previdenciário, que impõe uma redução nos benefícios daqueles que se aposentam prematuramente. É o que queremos demonstrar desta vez, sem entrar no mérito da aprovação de uma proposta alternativa ao fator, na sua extinção, simplesmente, e nem tampouco opinar sobre a nova expectativa de sobrevida a ser divulgada pelo IBGE no próximo 1º de dezembro.

Mais do que isso, queremos acrescentar ao tema a perversidade dessa divulgação tardia da expectativa de sobrevida pelo IBGE, que acontece exatamente no último dia estipulado para que ele o faça, no dia primeiro de dezembro de cada ano.

Devemos considerar que este ano a preocupação é ainda maior, pois não serão feitos apenas ajustes com base em projeções de crescimento da expectativa de sobrevida com base no Censo de 2000, e sim uma atualização com base no Censo de 2010, que poderá provocar uma alteração ainda mais significativa que aquela que aconteceu em 2003.

Vale ressaltar que o medo é tamanho, que muitos destes trabalhadores que correm para se aposentar para “não ficar no prejuízo” perdem ainda mais, pois alguns acabam se aposentando proporcionalmente por tempo de contribuição e têm reduções de até 40% do seu benefício além daqueles impostos pelo fator. Essas perdas seriam menores se optassem por esperar um pouco mais e se aposentassem por tempo de contribuição, sem a proporcionalidade, mesmo com um fator previdenciário menor em função da nova expectativa de sobrevida. Alguns ainda podem aguardar pouquíssimo tempo e se aposentar por idade, onde a proporcionalidade

é extremamente benéfica e o fator previdenciário só incide se for positivamente, ou seja, para melhorar o valor da aposentadoria.

A falta dessa informação antecipadamente, por parte do IBGE, retira criminosamente dos trabalhadores a chance de reduzir os seus prejuízos financeiros e, em muitos casos, como acima citado, ainda os agravam. O fato de não saber qual decisão tomar lhes provoca uma sensação de impotência, ao serem obrigados a tomarem suas decisões no escuro, quando não há nenhuma necessidade de ser assim. Produz, ainda, uma série de sentimentos negativos e nocivos à sua saúde, que vai da angústia à depressão.

E o pior é que depois do prejuízo já sacramentado todos os outros sentimentos são potencializados, sendo acrescido ainda do sentimento de revolta por ter sido lesado.

Esses prejuízos financeiros são facilmente mensuráveis e talvez ainda possam ser mitigados. Quanto aos demais, são eles de difícil mensuração e reparação, e talvez sejam de todos os mais cruéis, pois atingem trabalhadores que já estão numa idade onde o aparecimento de doenças é maior e todas as perdas têm implicações psicológicas e podem desencadear ou agravar tais doenças.

**Vejam o artigo 2º do Decreto 3.266/1999:**

“Compete ao IBGE publicar, anualmente, até o dia primeiro de dezembro, no Diário Oficial da União, a tábua completa de mortalidade para o total da população brasileira referente ao ano anterior.” (*Grifo nosso*)

Entendemos que se a data é “até o dia primeiro de dezembro”, não tem porque ela ser divulgada exatamente aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo.

Isso só tem trazido consequências negativas para os segurados. Além da angústia que já foi aqui relatado, esses segurados que estão na marca do pênaliti acabam por ter o seu direito adquirido desrespeitado, como tem acontecido anualmente. Nenhum foi mais cruel, porém, do que o que aconteceu em 2003. Apenas a título de exemplo, vamos relatar o caso de um homem que tinha 60 anos de idade e 35 anos de contribuição em 30 de novembro de 2003 e poderia se aposentar com 100% da sua média e, no dia seguinte, ou seja, em primeiro de dezembro de 2003, com a divulgação da nova expectativa de sobrevida pelo IBGE, este segurado, sem nenhuma explicação minimamente convincente, só poderia se aposentar com 87% da sua média ou esperar aproximadamente dois anos para voltar a ter o mesmo direito que tinha no dia anterior e lhe fora usurpado por interpretações errôneas do que é direito adquirido.

Resumidamente: se a média dele fosse de R\$ 1.000, ele poderia ter se aposentado com R\$ 1.000 em 30 de novembro de 2003. E, no dia seguinte, a sua aposentadoria seria de aproximadamente R\$ 870. Ou seja, ele acreditou que efetivamente esta regra iria lhe beneficiar caso ele postergasse um pouco mais a sua aposentadoria, o que é efetivamente a intenção do fator e não somente garfar uma parte da aposentadoria de quem se aposenta cedo e acabou sofrendo um prejuízo na sua aposentadoria, para sempre, de R\$ 130.

Para se ter uma ideia desse montante para o resto da vida de um trabalhador nesta idade, 60 anos, podemos afirmar que o mercado de previdência privada não vende um benefício vitalício neste valor por menos de R\$ 40 mil. Pode-se até acreditar que estamos exagerando, mas é aproximadamente este o valor a ser depositado em uma seguradora ou banco para se ter um benefício deste valor (R\$ 130). É bem verdade que em um fundo de pensão sem fins lucrativos o referido valor seria de pouco mais da metade, mas mesmo assim ainda é um valor significativo.

Se isso voltar a acontecer este ano, nas mesmas proporções de 2003, o prejuízo pode chegar a incríveis R\$ 500 mensais para o resto da vida, valor esse que para se adquirir no mercado uma aposentadoria vitalícia é preciso de um montante superior a R\$ 150 mil.

É isso mesmo! Os trabalhadores, além de todas as agruras que têm de enfrentar durante a sua vida laboral, agora ainda são submetidos a uma situação inusitada, o fato de terem se transformado compulsoriamente em apostadores de um jogo de azar, onde o que está em jogo é a qualidade de sua sobrevivência, pois o estado brasileiro o transformou em um jogador, onde as alternativas são ficar no espeto ou cair na brasa: neste jogo imposto a eles, ou vão sair perdendo ou continuam e correm o risco de perderem ainda mais.

Pode parecer muita metáfora e exagero de nossa parte, mas se o trabalhador se aposenta assim que adquire o seu direito ele é submetido ao fator previdenciário que lhe confisca uma boa parcela do valor da sua aposentadoria; se espera um pouco mais, isso pode ser uma armadilha que diminuirá ainda mais o seu benefício, como aconteceu em 2003.

Há que se ressaltar que todas as demais alterações posteriores a dezembro de 2003 foram pequenos ajustes, que não mereciam todo aquele estardalhaço por parte da grande mídia. Depois desta data a espera foi mais benéfica economicamente para os que resistiram do que para aqueles que anteciparam o pedido do seu benefício.

Portanto, pior que o fator previdenciário é a desinformação e o desrespeito por parte dessas duas autarquias. O IBGE, por retardar injustificadamente a divulgação da expectativa de sobrevida, e o INSS, por desrespeitar criminosamente o direito adquirido daqueles que, na esperança de melhorar o seu benefício, aguardaram para se aposentar um pouco mais tarde e tiveram o seu fator previdenciário diminuído e, conseqüentemente, reduzidos o valor do seu benefício.

## Finalizando, fazemos alguns apelos:

1. ao IBGE, para que divulgue o quanto antes a tabela de expectativa de sobrevida a ter vigência nos cálculos do fator previdenciário em 1º de dezembro de 2012; ao INSS, que respeite os direitos adquiridos de seus segurados, ou seja, ao calcular o benefício do seu segurado, se atente para o fato de que este possa ter o direito adquirido a um benefício maior antes da mudança da expectativa de sobrevida, e que refaça os cálculos de todos os benefícios concedidos desde que o fator previdenciário entrou em vigor;

2. aos segurados que tenham direito de se aposentar, que façam ainda este mês o agendamento da sua aposentadoria. Isso pode garantir, em caso de uma mudança na expectativa de sobrevida tão brusca quanto a de 2003, que tenham um prejuízo menor e que, especialmente aqueles que se aposentaram em 2004 e 2005 e que já tinham direito a se aposentar antes de 30 de novembro de 2003, que ingressem na Justiça para que o seu benefício seja revisto respeitando o seu direito adquirido antes da vigência da nova expectativa de sobrevida;

3. ao ex-presidente Lula, para que convença a presidenta Dilma a dar sinal verde para que a sua base possa votar o quanto antes a fórmula 85/95, evitando assim, um veto posterior;

4. finalmente, aos congressistas, para que tirem os olhos das próximas eleições, pensem no drama desses trabalhadores e votem logo o acordo da fórmula 85/95, acordo este que foi intermediado pelo deputado Pepe Vargas entre as centrais sindicais e o presidente Lula, quando este ainda era presidente, respeitando assim um acordo feito entre as lideranças dos trabalhadores e o governo federal.

(\*) *Especialista em previdência e diretor para assuntos previdenciários da Afacelg (Associação dos Funcionários Antigos e Aposentados da Celg e autor do Blog: "Previdência, o Blog do Jesus" - <http://jesusprev.zip.net>*

## OPINIÃO

# Pleno emprego como justificativa falsa

*Os juízes do trabalho entendem que é necessária a manutenção de um sistema de proteção ao trabalho integrado de normas irrenunciáveis*

Renato Henry Sant'anna\*

**T**enho observado, recentemente, uma onda de estudiosos, autoridades e juristas imprimindo na sociedade um discurso preocupante: o da necessidade de mudanças na legislação trabalhista, sempre sob a justificativa de sua “modernização”. Trata-se de uma análise superficial, que serve a um grave movimento que cada vez mais ganha força dentro do Brasil: a luta pela maximização dos lucros, como se a existência de direitos fosse obstáculo ao desenvolvimento.

Os juízes do trabalho entendem que é necessária a manutenção de um sistema de proteção ao trabalho integrado de normas irrenunciáveis, que estão longe de serem excessivas ou prejudiciais ao desenvolvimento social e econômico. São garantias alcançadas através de muita luta pelo cidadão brasileiro no decorrer de décadas, que não podem ser ameaçadas por um perigoso e falso discurso onde o capital e a precarização vencem.

Como vivemos um período de crescimento e com baixas taxas de desemprego, alguns atores sociais parecem ávidos para vislumbrar nas crises de outros países uma oportunidade de “patrocinar” medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores e à própria estabilidade social do Brasil.

Exemplos de que tais discursos encontram eco entre os Poderes da República são a “reforma da CLT” em discussão no Poder Executivo, a regulamentação da terceirização,

o projeto do Simples Trabalhista e o acordo coletivo de finalidade específica. Podem ser resumidos em uma perigosa constatação de que estamos a caminho de legalizar o trabalho precário no Brasil.

Não que uma ou outra atualização da CLT não deva ser discutida, mas apenas e sempre no campo restrito da terminologia e da adaptação às novas tecnologias e realidades. Mas que isso não sirva como um pretexto para que o trabalho seja tratado como mercadoria e a dignidade do trabalhador seja ameaçada, sempre sob justificativa meramente econômica.

**Os juízes do trabalho convivem diariamente com o embate entre trabalhadores e empregadores. A existência de regras claras e estáveis serve para organizar o sistema de produção. Atua em benefício de todos, trabalhadores e patrões**

Precisamos ser conservadores quando o que está em jogo é o direito do trabalho e o cumprimento da Constituição. Seria de se perguntar por que os admiradores dos chamados países desenvolvidos não se interessam em copiar seus exemplos de estabilidade das leis e de boa qualidade no campo dos direitos trabalhistas.

Se quisermos discutir modernidade, precisamos primeiro debater

propostas “varridas para debaixo do tapete”, como os direitos das domésticas, os mecanismos para coibir a despedida arbitrária, a erradicação do trabalho escravo, acabar com a chaga do trabalho da criança e uma reforma sindical verdadeira: aquela que resgata o papel histórico dos sindicatos, priorizando, por exemplo, a negociação coletiva como forma de prevenir litígios, e não, como se pretende, para estender perigosamente ao Brasil toda uma realidade excepcional de pressão de algumas categorias ou regiões.

Os juízes do trabalho convivem diariamente com o embate entre trabalhadores e empregadores. A existência de regras claras e estáveis serve para organizar o sistema de produção. Atua em benefício de todos, trabalhadores e patrões.

Mas não podemos esquecer que a Constituição, ao enumerar alguns direitos dos trabalhadores, deixou claro que outros podiam ser pensados, desde que para melhoria da condição social. O Direito do Trabalho, assim como a vida, anda para frente, não retrocede. O momento é de alerta à sociedade: a estrutura dos direitos sociais está em risco. Os trabalhadores não têm direitos em excesso. Não é essa a reforma que o Brasil precisa. Que todos fiquem atentos.

*(\*) Juiz do Trabalho em Ribeirão Preto (SP) e presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Publicado originalmente no jornal Folha de S.Paulo, no dia 17 de novembro, na coluna Tendências/Debate*